

Meio: Jornal Expresso

Data: 26-01-2019

ECONOMIA 11

Dados dos RERT passam para as Finanças



A norma é polémica mas o regulador vai segui-la à risca. Declarações do RERT passam para o Fisco no final do mês

O acesso do Fisco aos contribuintes que aderiram às amnistias fiscais (os RERT — regimes especiais de regularização tributária) está a agitar a comunidade de juristas mas, apesar de haver quem considere que o Banco de Portugal tinha fundamento para se recusar a cumprir a lei, para a instituição liderada por Carlos Costa ela é para executar. As declarações de regularização vão mesmo parar às mãos da Autoridade Tributária (AT), ficando a cargo dos contribuintes a decisão de contestar as regras em tribunal.

Por muitas reservas que as novas regras possam suscitar, “a atividade do Banco de Portugal obedece ao princípio da legalidade, o que envolve o estrito cumprimento das obrigações que decorrem da lei”. Nessa medida, “os procedimentos operacionais para transmissão das declarações do RERT à AT encontram-se em preparação”, adiantou fonte oficial do supervisor ao Expresso. Do lado dos bancos, apesar de a Associação Portuguesa de Bancos (APB) se recusar a qualquer comentário, está também a ser dada sequência ao processo, apesar de subsistirem dúvidas práticas sobre o suporte em que a informação deve seguir e à guarda de quem ficará, sabe o Expresso.

Com o sistema financeiro a recusar-se a funcionar como uma frente avançada à contestação desta norma, caberá aos contribuintes fazê-lo por conta própria, quando forem chamados a explicar divergências que sejam detetadas pela Autoridade Tributária (AT). E os argumentos já vêm sendo esgrimidos.

Quando em 2005 foi lançada a primeira amnistia fiscal, ela veio acompanhada de vários pressupostos, alguns dos quais polémicos. Por um lado, quem declarasse o dinheiro escondido no exterior e pagasse uma taxa ficaria com o cadastro fiscal limpo (acusações criminais incluídas) e com um salvo-conduto para o caso de, no futuro, ser incomodado pela AT. Por outro lado, tudo seria feito na maior das discrições, com a informação a circular apenas entre o Banco de Portugal e os bancos. Estas garantias seriam repetidas nas duas amnistias subsequentes e, a par do aumento do cerco internacional à evasão fiscal, terão explicado a adesão aos RERT.

Contudo, em sede de Orçamento do Estado para 2019, o Parlamento exige a partilha desta informação com o Fisco, obriga os contribuintes que sejam inspecionados a colaborarem no esclarecimento das dúvidas e ainda permite às Finanças acederem às contas bancárias dos contribuintes, sem o seu consentimento, por um prazo de dois anos. O argumento do Bloco de Esquerda e do PS, que acompanhou a medida, é que atualmente a AT se encontra de pés e mãos atados: se AT detetar que alguém tinha ocultos no estrangeiro €10 milhões, ela não tem meios de saber se esses se esses 10 milhões são os valores regularizados num RERT (e, portanto, estão amnistiados) ou se são outros 10 milhões quaisquer (que o contribuinte afirma serem os mesmos).

Só que, onde a esquerda parlamentar viu um mero instrumento de despiste de suspeitas de evasão fiscal, a comunidade fiscalista vê uma grosseira violação da Constituição. É o caso de João Magalhães Ramalho, da PLMJ, que não hesita em chamar-lhe “uma das maiores violações ao Estado de direito desde a restauração da democracia em Portugal”.

“Tanto a obrigação agora imposta do envio da informação à AT, como a possibilidade de a mesma AT, ao abrigo do dever de colaboração, poder obrigar os contribuintes a revelarem um conjunto de informações autoincriminatórias, não deixa de constituir uma violação inaceitável dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da proteção da confiança”, concretiza o jurista.

A argumentação está alinhada com a do advogado Rogério Fernandes Ferreira. Além de considerar que o Estado está a “dar o dito pelo não dito”, o antigo secretário de Estado sustenta que “o direito à não-incriminação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado” pelo que, tudo quanto a AT possa obter por esta via “deve constituir prova proibida”.

Para já ainda não é certo o que a AT pretende fazer com esta informação, tanto mais que, em muitos casos, o prazo para a liquidação do imposto já passou. Mas, se for mais aventureira na abordagem, os tribunais parecem ser o destino final dos processos.

“

A atividade do Banco de Portugal obedece ao princípio da legalidade. (...) Os procedimentos operacionais para transmissão das declarações encontram-se em preparação

Fonte oficial do BdP

Constitui uma das maiores violações ao Estado de Direito desde a restauração da democracia em Portugal

João Magalhães Ramalho
PLMJ

O direito à não incriminação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado. (...) Os elementos obtidos deverão constituir prova proibida

Rogério Fernandes Ferreira
RFF e Associados